

## **ATA 128ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2017.**

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Bom dia, bom dia pessoal, quarta-feira, quarta-feira gelada em São Paulo. Sexta-feira, né? Eu estou em horário de verão ainda. Iniciamos a 128ª reunião ordinária do CONFEMA, dia 24 de novembro, sexta-feira, 9:10h, aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. O Secretário Eduardo de Castro não pode estar presente na abertura da reunião, mas ele me garantiu que estará mais para o final do nosso evento para assistir o final das apresentações e fazer um encerramento. Vamos passar ao primeiro item do expediente: aprovação da ata da 127ª reunião. Os Conselheiros receberam a ata no ato da convocação. Tem alguma manifestação, alguma consideração sobre a ata da última reunião? Não? Então, os Conselheiros que forem favoráveis à aprovação da ata da 127ª, por favor permaneçam como estão. Ok, a ata da 127ª reunião plenária ordinária do CONFEMA está aprovada por unanimidade. Vamos passar ao segundo item do expediente: informes gerais e sugestão de inclusão de pauta para esta reunião. Ontem, no dia 23, tivemos a entrega formal do relatório técnico da Comissão do Plano Municipal da Mata Atlântica. Como eu estava conversando com os Senhores antes do início da reunião, a aprovação do plano é pré-requisito para uma série de outras ações que a Secretaria precisa desenvolver nos próximos anos. Então, ontem foi a conclusão de mais uma etapa de um processo extremamente importante para o meio ambiente na cidade de São Paulo. A próxima etapa será a apresentação desse relatório técnico aos Conselheiros do CADES, que está sendo feito a partir de hoje, na verdade. O material está sendo disponibilizado para os Conselheiros via meio eletrônico e via meio físico aqui na Secretaria e no dia 13 de dezembro, na reunião ordinária do CADES, teremos a discussão e esperamos, assim, a aprovação do relatório técnico. Na reunião do CADES do dia 22, quarta-feira agora, iniciamos as discussões sobre a aprovação das diretrizes do FEMA para o exercício de 2018. Como alguns Conselheiros devem se lembrar, esse ano nós tivemos um processo um pouco longo na aprovação das diretrizes. Nós aprovamos as diretrizes do FEMA somente em maio, o que acarretou o atraso na apresentação de diversos projetos. Esperamos que isso não se ocorra agora em 2018. A gente está com uma proposta já conhecida de vocês, então eu gostaria de fazer a seguinte sugestão: se os Conselheiros tiverem alguma sugestão de alteração, de adequação, de inclusão, de exclusão de diretrizes, das diretrizes atuais, que enviem para a Secretaria do FEMA para que a gente possa incluir na nossa sugestão que será enviada aos Conselheiros do CADES na reunião de dezembro, no dia 13, para que na primeira reunião de 2018, já em janeiro, a gente inicie a deliberação das diretrizes. Se tudo der certo, a gente já aprova bem no início do ano e começa a trabalhar com todo gás. Então, eu peço aos Senhores Conselheiros, se tiverem alguma consideração, alguma sugestão a fazer, enviem para a Secretaria do FEMA. Caso não tenham o documento, a gente envia a resolução contendo as diretrizes - ela está no site do FEMA, mas nós podemos enviar por e-mail para todos vocês. Finalmente, na última reunião nós conversamos sobre a escola de agroecologia, em Parelheiros. A Leda Ascherman fez a apresentação para nós, e com a saída da Leda do Comitê, o processo ficou um pouco órfão durante alguns dias, e o projeto está sendo melhor detalhado, por isso que nós não marcamos uma reunião extraordinária para deliberação. Mas o projeto está de pé, o projeto está sendo melhor detalhado, como eu falei aos Senhores Conselheiros, nós devemos marcar essa deliberação para dezembro, se não na reunião ordinária, numa reunião extraordinária que a gente vai tentar antecipar até a nossa reunião, prevista para o dia 15. Esta semana foi assinado um termo de cooperação com a Fundação Bloomberg, ratificando a intenção do Município em investir em agroecologia e é meta pessoal do Prefeito a implantação da escola no Parque Ribeirão-Colônia, em Parelheiros. Então, estamos bastante alinhados com relação a isso. Os Conselheiros têm alguma informação, alguma sugestão de pauta para essa reunião, que gostaria de pontuar? Sim, não? Ok, muito bem. Eu tenho uma sugestão de pauta. Eu sempre passo a palavra aos Senhores Conselheiros primeiro, por uma questão de educação. Este ano foi aprovado, na primeira lista, em junho, um projeto de fortalecimento de fiscalização e licenciamento ambiental na Secretaria do Verde, com recursos do FEMA. Esse projeto consiste na capacitação dos servidores e na aquisição de softwares e computadores atualizados para os serviços de fiscalização e licenciamento. Houve uma especificação bem detalhada e surgiu uma situação esta semana, que eu gostaria de discutir com os Senhores Conselheiros no final da reunião. Nada para se alarmar. É apenas uma nova discussão. Ok? Então, está incluído na pauta dessa reunião.

Vamos passar para o primeiro item da ordem do dia: apresentação do projeto Parque Horto do Ipê. Quem vai apresentar? Então, Michelle e Guilherme. Passo a palavra a vocês. Por favor, se identifiquem sempre antes de começar a falar, para efeito de ata. Muito obrigado.

**Guilherme** - Primeiro de tudo, bom dia. Meu nome é Guilherme, eu sou um arquiteto urbanista, trabalho em DEPAVE 1, aqui na Secretaria. Sou Coordenador dos parques da Zona Sul, e a gente trabalhou - o DEPAVE 1, com DGD Sul - por um bom tempo esse ano em cima desse parque já e em julho a gente fez uma audiência aberta lá no parque com a comunidade que mora no entorno e eles têm uma grande vontade da implantação desse parque. Surgiu nesse momento - já vou começar a passar os slides, só para localizar melhor - a ideia é a implantação - o parque ele se localiza na Prefeitura Regional de Campo Limpo - ele tem várias características bem dele assim, por causa do formato dele. Ele é um parque muito diferente dos parques que a gente tem hoje em dia na cidade de São Paulo. Como dá para ver, ele é um parque circular, assim, fruto de um desmembramento do lote, ele tem aproximadamente 131.000 metros quadrados, ele tem um relevo acidentado em várias partes dele, então tem áreas, assim... por causa desse contraste, o meio serem condomínios de casa e no entorno serem muitas ocupações, acaba que as áreas com maior declive também estão sendo ocupadas, então existe um risco de deslizamento em alguns momentos do parque. Tem uma vegetação significativa e a área, ela é próxima ao metrô linha lilás. Aí as diretrizes gerais - peraí só uma coisinha. Ih, acho que eu copiei errado. Peraí só um segundo, eu vou pôr o pendrive de volta, que eu acabei copiando o arquivo errado. É que como a gente colocou alguns valores atualizados no arquivo novo, por isso que eu realmente tenho que apresentar o atualizado. Então, a situação atual da área é aquilo que eu estava falando. Ela, por causa da declividade acentuada e a falta de conexão entre os bairros, ela é uma área muito ambientalmente frágil, ainda mais por conta das ocupações irregulares. Essa foto que está embaixo, esse trecho de quadra que tem ali, essa terra, ela é parte do parque e as ocupações já estão logo ali. Muitas delas são regularizadas, só que o problema é que mesmo regularizando elas se expandem, independente da regularização. As moradias invadiram a área do parque já. Tem algumas moradias já na área do parque e, além disso, existem as pressões sofridas diariamente devido aos vizinhos imediatos, que são a favela Jardim Umuarama, Monforte de Lemos, várias favelas que têm ali no entorno e... (voz ao fundo). Na foto de baixo, à direita. (voz ao fundo). Eu não sei se nessa foto exatamente dá para ver o córrego, mas tem um córrego, sim, no parque. Ele tem características também de parque linear, no fato de ele ter um córrego que passa por dentro dele. E de acordo com o ofício do SEHAB, 93, são áreas programadas para regularização fundiária e urbanização. Então, tem todos esses trechos laranja, que estão fora do parque, ou eles já foram regularizados ou eles estão programados para regularização. Então, diante dessa situação, é exatamente a importância agora, do momento que estamos agora, é frear esse processo de ocupação, conseguir ocupar a área com algum uso, para prevenir que se continue a aumentar as opções para dentro da área do parque. A justificativa para a implantação, não sei se você quer falar, Michelle?

**Michelle** - Bom dia a todos, eu sou a Michelle, Coordenadora de Educação Ambiental do DGD Sul 1. Nós cuidamos do território de Campo Limpo e M'Boi Mirim. O Parque Horto do Ipê ele faz parte de um dos parques a serem implantados no distrito de Campo Limpo. Pensando em áreas verdes, no distrito de Campo Limpo, a ser implantado é ele e o Parque Morumbi Sul. Consolidado, nós só temos o Parque dos Eucaliptos. Pensando nessa questão da importância das áreas verdes dentro da cidade - e esse é um parque que já foi planejado desde 2008, e por alguns problemas orçamentários ele não conseguiu ser implantado totalmente - ele só teve alguns trechos de calçamento, um ou outro trecho de gradil implantado -, vale ressaltar que a importância dessas áreas verdes que a gente está perdendo dentro da cidade. Hoje, em função das ocupações irregulares, nós temos muita pressão nesse parque. A última atualização da fiscalização da Prefeitura Regional de Campo Limpo detectou 300 barracos de ocupações irregulares dentro da área do parque e aí, em conversa com a Secretaria de Habitação, foi estabelecido um diálogo com essas famílias dessas ocupações para tentar se preservar, porque a gente teve vários crimes ambientais já cometidos, com corte de árvores para ocupar essas áreas, o aterro de umas partes do córrego, a nascente ela foi totalmente destruída com o descarte irregular, porque não tem saneamento básico, mas muito lixo. Aquelas fotos do slide anterior são vários trechos do parque que diariamente a gente tem problemas de ocupação. Todo dia tem um barraquinho novo sendo levantado dentro da área do parque. A proposta dos parques lineares de não ter gradil nessa área

é um pouco complicado quando você não dá o uso adequado para o espaço público. Porque hoje a gente tem um problema de moradia muito grande na cidade, então você não tem um uso, então, as pessoas acham, entendem que é área de ZEIs e elas podem construir sem autorização da Prefeitura. A última foto, aquela construção amarelinha, ela está bem em cima do córrego. Então o córrego já foi aterrado nesse trecho, tem uma grande preocupação em função das chuvas, porque quando chover ele pode ser levado também. Então, tem um risco à vida dessas pessoas que estão nessa área. Os outros trechos se tornou um grande lixão a céu aberto, porque virou pontos viciados de descarte de entulho. Atualmente, a população, como é um parque linear e ele circunda um condomínio, essa população do condomínio, com alguns moradores do bairro vizinho, que tem mantido a área do parque, então eles regularmente limpam, fazem a jardinagem, capinação do terreno e tentam manter um pouco a qualidade de vida dessa área verde. Pode passar, por favor. E aí, assim: o que a gente veio aqui pleitear com vocês é de se manter e tentar implantar pelo menos o trecho 1 desse parque, que seria com a edificação da sede, construção da sede administrativa, principalmente porque ali a gente precisa trabalhar fortemente com a educação ambiental dessas pessoas, tentando sensibilizá-las mesmo da importância das áreas verdes para a questão, hoje, de saúde, atividades físicas, sedentarismo. Nós temos vários estudos hoje da importância que uma árvore tem na nossa vida, tanto para a questão de doenças respiratórias, cardiovasculares e muitas outras. Uma função social, porque a gente está falando de um condomínio de médio e alto padrão e uma população vulnerável do lado. Então, como nós vamos trabalhar essa questão social? Então, a educação ambiental dentro do parque seria para trabalhar isso: do apropriação, do empoderamento dessas pessoas do valor que um parque traz para recreação, lazer para aquela área. Então, muitas coisas detectadas nessas vistorias, em conversa com a comunidade, em audiências, percebe-se que também a ocupação se dá por falta de um uso adequado para o espaço público, porque eles mesmos pleiteiam um equipamento de lazer, uma área para as crianças brincarem. Então, o foco da implantação desse trecho, que seria com a sede administrativa, para a gente poder desenvolver as atividades de educação ambiental e alguns equipamentos, como playground, melhorar a quadra já existente, fazer uma pequena trilha, uma pista de skate - o Guilherme vai explicar melhor - seria justamente para isso, para mostrar que a Secretaria do Verde está ali, com o parque implantado e que o uso tem que ser diferenciado, porque a gente precisa manter as áreas verdes, precisa manter essa nascente dentro do parque, pensando que a gente está com problemas graves de falta de água, a mudança climática em função de desmatamento... Então, é uma função muito mais, além de beneficiar, lógico, manter a biodiversidade local, mas do uso adequado do espaço público que já está ali, mas ele precisa ter esse olhar. Hoje, nós temos dentro uma população do Distrito de Campo Limpo, pensando só em distrito, não em Prefeitura Regional. A Prefeitura Regional de Campo Limpo ela atende tem três distritos: Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade. Então, só o Campo Limpo, onde o Horto está instalado, nós temos a população de 211.361 habitantes. Então, vamos pensar das áreas verdes que eu falei. Dentro do distrito, se a gente tem duas, está faltando área verde ainda para essas pessoas. Então, na verdade, a nossa proposta - veio trazer para vocês - é para a gente tentar manter o pouco que tem e dar um uso adequado para esse parque. Obrigada.

**Guilherme** - Então, continuando a apresentação, mais do projeto agora, também meio que um histórico, assim, da área, a gente tem cinco trechos nesse parque: o trecho 5 e o 4 são praticamente de preservação completa, o trecho 5 é o único trecho que previu um gradeamento da área, por dois motivos. Um, por aquilo que eu falei da característica de linear que tem, porque ele contorna esse bairro e dois, porque também gradear uma área tão grande é você gastar um dinheiro com um gradil que tem um custo por metro muito elevado e ele acaba protegendo uma área de, no máximo, 10 metros, assim, que é muito mais fácil proteger com o uso, ocupação, pessoas usando parque, o administrador andando pelo parque. Tem jeitos muito mais simples de proteger um parque com essas características. Acho que eu vou pular para o último slide aqui. Já foram feitas algumas contratações através de TCAs para esse parque. Então, nós já temos LEPAC, já temos a sondagem, a gente tem até um projeto básico completo. Então a gente está num momento que agora a gente já consegue contratar a obra através de licitação ou qualquer outro método. A gente já consegue contratar a obra, pois a gente já tem um projeto básico. Mas o nosso foco agora, para implantar o parque, considerar ele implantado, é focar no trecho 1 para, futuramente, o trecho 2 e 3 serem contemplados. Por que exatamente o trecho 1? Porque o trecho 1 tem aquilo que a Michelle falou, que é a sede administrativa, tem uma guarita também, o que

facilita nas rondas, ele traz acesso de outras ruas, dos bairros que não são bairro de dentro dos condomínios, são os bairros que mais necessitam dessa área verde. Então, ele traz esses acessos para dentro do parque, qualifica eles através de piso acessível, ele traz alguns equipamentos, como quadra, playground, equipamento de ginástica. Então, esse trecho 1 ele é a chave para a gente conseguir ocupar esse espaço e transformar toda essa área numa área onde ambas as populações - as que moram dentro do círculo e as que moram fora do círculo - consigam usar. (voz ao fundo) Sem gradil e aí é exatamente isso. O valor total da implantação desse trecho é R\$ 3.400.000,00, mais ou menos. A gente tirou um tanto do trecho que a gente tinha discutido lá, porque a gente viu que tinha algumas coisas a mais e a gente viu que esse, assim, é o mínimo para gente equipar e possibilitar a ronda, possibilitar a fiscalização da área e é isso que a gente tem hoje. Já foram feitas algumas obras também: pequenas obras de calçamento, do passeio, jardim de chuva, nada que realmente implantou o parque definitivamente, tudo que qualificou a área. Hoje em dia, se você quiser fazer um *cooper* em volta do parque você consegue, mas as pessoas acabam tendo um medo exatamente porque não existe essa vigilância por parte de ninguém lá. Então, por enquanto, a área, embora já tenham acontecido algumas obras nela, ela ainda está descaracterizada. (voz ao fundo). Sim, está previsto. Nesse trecho 1 está previsto. Aí nesse trecho 1 está previsto a iluminação noturna, também tem área de manutenção, tem até uma composteira, assim, para você já conseguir ter o mínimo de usabilidade tanto pelas pessoas como também, né, assim... Se a gente está pensando na implantação de um parque, a gente está pensando que vai ter que ter um administrador, vai ter alguém que vai ficar ali o dia todo, vai ter que ter segurança, vai ter que ter manejo. Então, a gente tem que implantar, no mínimo, a infraestrutura para o manejo funcionar, para a segurança funcionar, que senão não adianta a gente também implantar, por exemplo, só os equipamentos, que aí vai ter um uso pela população, mas não dá a capacidade dos funcionários trabalharem lá. Acho que era mais ou menos isso a apresentação.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Ok, obrigado Guilherme, Michelle, pela apresentação. Bom, fica claro que não se trata de melhorias num parque existente e, sim, da implantação de um parque numa área que apresenta ameaça ambiental; e é um fato agravante, eu diria, o formato não convencional dessa área, porque ela é uma tripa, uma tripinha que dá a volta, totalizando 130.000 metros, porém compreendendo uma área muito maior, abrangendo uma área muito maior do que os 130.000, com um agravante também da ocupação irregular, invasões e mau uso do espaço público. Eu tenho uma dúvida, Guilherme e Michelle, com relação às ações integradas com a SEHAB no que diz respeito... SEHAB, COHAB... no que diz respeito à regularização fundiária e ações de reocupação das áreas invadidas, se vocês têm alguma informação sobre isso, porque qual é meu receio - agora vou fazer o papel de advogado do diabo aqui - que a gente realize um investimento nessa área e que a população em volta não se sensibilize e continue promovendo o mau uso e a ocupação irregular, o que tornaria o nosso investimento inócuo, a nossa ação seria inócua, que é a de defender esse espaço. Se vocês têm alguma informação sobre essas ações integradas com a SEHAB.

**Michelle** - Michelle, Coordenadora de Educação Ambiental do DGD Sul 1. Nós tivemos uma conversa com a SEHAB há pouco tempo, no próprio Gabinete do Secretário de Habitação, para falar especificamente do Parque do Horto do Ipê. Na construção da área do metrô, que é no trecho que está ali no mapa da Avenida Carlos Caldeira Filho, ali estava previsto contemplação de cadastramento dessas famílias para futuras habitações. Apenas nesse trecho. A SEHAB foi muito clara nessa conversa. Depois nós voltamos a nos reunir na Prefeitura Regional de Campo Limpo, que é assim: área de parque, a pessoa que invade ela não tem direito à moradia, porque é uma área de parque. Então, que que a SEHAB faz hoje? Ela convida as lideranças comunitárias responsáveis por essas ocupações, ela faz uma conversa, explica que as pessoas vão ter que sair dali, porque não vai ter, vamos dizer, negociações devido a ser uma área de parque. Então, aquelas famílias não têm como serem indenizadas ou pleitearem habitações populares. E, depois dessa conversa, é negociado uma selagem, que é o nome que a Secretaria da Habitação dá para o cadastramento de cada família. A partir desse cadastramento, é levada à Procuradora-geral do Município, que leva um juiz e eles têm uma data para saírem dessa área. Então hoje nós estamos em conversa com a SEHAB. Como eu disse, é na Prefeitura Regional de Campo Limpo e nós estamos tendo outra ação da SEHAB numa área já de DUP, da Secretaria do Verde, do futuro Parque da Capadócia, já fazendo esse processo de selagem. Então, nós estamos aguardando.

Mas já iniciou-se a conversa com as lideranças comunitárias para explicar. Porque o que foi notado nessa área do Parque do Horto do Ipê é que muitas pessoas ocuparam outros trechos achando que seriam contemplados por essas moradias populares, só que não é o trecho que serão contemplados. Então, hoje, na margem da Avenida Carlos Caldeira Filho, onde tem essa contemplação de moradias pela SEHAB, essas famílias já estão cadastradas e onde não tem contemplação, que é essa área que o Guilherme mostra na foto, ela já é a área de parque. Então, infelizmente, as famílias têm que sair amigavelmente. A SEHAB tem feito esse trabalho, então essa garantia nós já temos resultado hoje - falo por essa área desse Parque da Capadócia -, porque as lideranças pleiteiam isso. Quando elas entendem que não vão ter, então a desocupação é muito tranquila, vamos dizer assim. Eles acabam entendendo, porque não vai ter o benefício nem do auxílio-aluguel, nem da indenização e muito menos da moradia. Obrigada.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Ok, obrigado, Michelle. Bom, para mim está clara a necessidade de regularização dessa situação e da importância não apenas ambiental, mas também social, da implantação definitiva desse parque linear. Novamente um parque linear irregular, um parque linear tripinha. Muito bem, eu passo a palavra aos Senhores Conselheiros que tiverem qualquer consideração, dúvida, fazer. Peço, por favor, que se identifique.

**Cons. Caio Boucinhas** - Meu nome é Caio Boucinhas, eu sou do IAB, de São Paulo. Eu queria ver aquela imagem anterior. Sim. Essa é uma área verde do lado esquerdo da Avenida Carlos Caldeira Filho? É mata aquilo? Mata. Declividade acentuada? Isso não poderia ser incorporado, já que por declividade muito acentuada não interessa para o mercado imobiliário. Essa é uma possibilidade de deixar de ser linear o trecho 5. É uma pergunta que eu faço. E, em relação a... Quer dizer, aí é um trecho que vai ser gradeado até para preservar o trequinho existente de mata. (voz ao fundo). Já foi gradeado. Então, eu estou pensando, solicitando, que se veja a possibilidade do trecho 5 não ser linear, ser alongado, em função da mata existente, que é privada - não é pública -, mas, por essa possibilidade dela não poder ser edificada, que há a possibilidade de ser incorporada.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)**- Caio, excelente sugestão, Caio. Excelente. Se não existe interesse econômico privado para essa área, acho que cabe ao Poder Público, visando o bem maior, verificar a possibilidade de incorporar essa área de declividade mais alta, enfim. É uma excelente sugestão. Eu peço que o DEPAVE faça essa avaliação. Ok, Guilherme, beleza? Mais alguma consideração sobre o projeto?

**Cons. Aldo** - Bom dia a todos, Aldo, da ECÓLEO. O primeiro ponto você já abordou. Eu só queria só colocar uma dúvida com relação a essas ocupações, se elas são espontâneas ou são orquestradas? Porque isso aí é uma dúvida que a gente sempre tem. Não precisa responder agora. E o segundo ponto é mais uma recomendação, porque o Guilherme falou em obras que vocês vão precisar fazer, calçadas, alguma coisa desse tipo, e eu tenho notado já em muitos desses equipamentos da cidade - e eu acho que vocês também notaram - porque todo mundo olha e percebe e eu percebo muito isso e vou dar um exemplo, que é o seguinte: a qualidade dos serviços está muito a desejar. Quer dizer, você dura um ano e um dia a mais você já vai encontrar uma série de defeitos. E eu vou dar um exemplo claro. Ali na Casa Palma, na Avenida Cupecê - Cidade Ademar ali - foi feita na gestão passada um trabalho grande e era para ser um piscinão, o piscinão parece que está lá, ou o buraco está lá - não sei se está funcionando ou não -, mas fizeram uma série de obras, fizeram uma pista, um negócio bacana, assim, que dá para a pessoa fazer uma corrida, com vários bancos e acontece o seguinte. Eles fizeram bancos de concreto; esses bancos, em sua maioria, já estão quebrados, rachados e isso o que que é? Isso é projeto mal feito ou mal feito ou mal executado, um dos dois. Ou o material, não sei. Alguma coisa que aconteceu e que não é para acontecer, porque você faz uma coisa que custou dinheiro e em um ano e pouco, dois anos já não serve para mais nada. Na pista, ela é feita por etapas, né? Não sei se são cinco metros, a cada cinco metros você faz uma parte que é de reboque, de concreto, não sei qual é. E já está cedendo, aí já acumula água. Então tem uma série de efeitos desse tipo assim. Então, a minha recomendação, já que eu vejo que o grupo está preocupado em implementar tudo de forma adequada, que possa servir para a população. Eu não sei qual seria o caminho, porque teria que ter algum ponto de controle, quer dizer, alguém deveria se responsabilizar por essa qualidade e eu vejo isso numa série de coisas: calçada das pontes, que passa até na televisão de vez em quando, né? Sempre você vê que se trata ou é uma falha de

projeto ou um projeto que foi mal executado e se foi mal executado não foi fiscalizado. Então, uma grande interrogação. É mais uma recomendação o cuidado, porque eu sei que são todos de boa vontade para fazer um bom serviço.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Obrigado, Conselheiro Aldo. Com certeza, o nosso objetivo é fazer bem feito. Não faz sentido a gente fazer mal feito e ter que refazer inúmeras vezes. Todo contrato firmado pela Prefeitura com prestadoras de serviço, empreiteiras, construtoras possui cláusula de garantia. Então, se algum serviço não tiver sido bem projetado ou executado, a Prefeitura aciona a contratada para execução da cláusula de garantia. A gente precisa, na verdade, ser informado do problema existente para tomar essa ação, mas excelente recomendação. Ok? Mais alguma consideração sobre o projeto do Ipê? Michelle?

**Michelle** - Michelle, Coordenadora de Educação Ambiental do Sul 1. Só para falar. Hoje, dentro, infelizmente, do Município, a maior parte das ocupações irregulares são orquestradas por movimentos, alguns famosos, que nós conhecemos, e têm uma característica um pouco diferenciada agora. Infelizmente, a criminalidade, o tráfico de drogas usa isso hoje como moeda. Então, nós temos 40% das ocupações sendo lideradas e negociadas pelo tráfico de droga. No caso do Horto do Ipê, como eu disse anteriormente, a SEHAB já chamou algumas lideranças, que são de movimentos de moradia. Não identificamos ainda o tráfico de droga. Isso é muito bom, porque quando tem movimentos de moradia, por mais que tenha a questão que nós sabemos da falta de moradia em São Paulo, mas é fácil a negociação, porque tem uma liderança respondendo. Obrigada.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Obrigado, Michelle. Esse é um problema que inclui o Município, mas não se atém a ele. O buraco é um pouco mais embaixo. Muito bem, obrigado pessoal pela apresentação. Excelente projeto para a gente pensar futuramente em deliberar recursos do FEMA. Vamos passar ao segundo item da ordem do dia: apresentação de um projeto de horticultura orgânica e segurança alimentar pela equipe do DEPAVE e DGD. Guilherme e Michelle novamente? Carlos Alberto. Carlos, peça que se identifique para efeito de ata. Obrigado.

**Cons. Caio** - Caio Boucinhas. Eu pedi, enquanto eles se preparam para a apresentação seguinte, fazer um depoimento. Porque, assim, eu tenho saído destas reuniões do CONFEMA muito satisfeito pela seriedade e pelo controle e pela organização. Agora, eu estou muito preocupado em ver quais são as outras instâncias em que são tratadas questões tipo do Parque do Horto do Ipê. Toda a fiscalização anterior de ocupação etc., que é um tema que você colocou já. Por uma série de circunstâncias acadêmicas de minhas aulas no mestrado de urbanismo da FIAM-FAAM - mestrado profissional – e, pela graduação, eu tenho trabalhado em parceria com a USP em vários parques de São Paulo. Por exemplo, no Parque da Brasilândia, que vai ter uma audiência pública segunda-feira, às 2 horas, um vereador convocou a FIAM-FAAM e a USP para ter uma audiência pública sobre o Parque da Brasilândia, que há dois anos nós começamos a trabalhar lá, tivemos reunião no DEPAVE sobre isso, tivemos reunião na Prefeitura Regional. Começou com 30 famílias ocupando, dizem que hoje tem mais de 1.000 e a gente tem lá pelo menos dez nascentes, e o Parque do Córrego do Bispo. O Córrego do Bispo, na borda da Cantareira, na Subprefeitura Casa Verde/Limão/Cachoeirinha, que é um escândalo a ocupação. Há três anos atrás era só na margem esquerda, do lado da urbanização intensa de São Paulo, do outro lado, a Cantareira, mas a margem direita também vem sendo ocupada numa topografia quase em pé. Claro que a cada chuva aquilo vai escorregar. Assim, como que a gente pode trazer essas discussões aqui ou se é em outra instância que isso é colocado, é trazido para discussão para ver se é possível alguma providência? Nós vamos ter uma reunião com o Fernando Chucre, Secretário de Habitação, sobre outro parque linear que foram removidas as ocupações; o pessoal fazia horta no trecho e foi reocupado do Córrego Água Branca, na Lapa. Eu acabo sendo envolvido nisso, porque eu participo do grupo gestor da operação urbana Água Branca.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Muito importante isso que você colocou, Caio. Eu até faço uma sugestão aos Conselheiros. Toda informação que vocês tiverem sobre audiências públicas, eventos, reuniões, comuniquem à Secretaria do FEMA, para que a gente possa repassar, por meio do CADES, para aumentar nossa capilaridade. A gente faz essa mesma sugestão aos Conselheiros do CADES. Muitas vezes recebemos. Pô, Manuguerra, seria possível retransmitir esse convite deste evento, desta reunião, enfim, e a gente usa os nossos colegiados de participação social para fazer essa divulgação. Isso é fundamental e muito importante.

Especificamente sobre ocupações, eu sugiro que sejam utilizados os colegiados de participação social da SEHAB: Câmara de Urbanismo, os Comitês de operações urbanas, que eles também podem auxiliar e atuar de forma mais direta nisso. A nossa atuação com relação às ocupações é indireta, enquanto Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Secretaria da Habitação atua de forma mais incisiva nesses assuntos, mas é claro que a divulgação disso é benefício de todos e é obrigação nossa também.

**Cons. Caio** - Só um meio minuto a mais. Caio Boucinhas. Em relação ao tipo de ocupação. Tem pessoal do tráfico, tem gente que eu vi fazendo atrás da escola Mário Lago, na área do parque, fez quatro barracos. A diretora foi perguntar por que quatro barracos? Não, porque eu estou numa fila de habitação, depois eu vou vender os quatro barracos. Primeiro começou um movimento no final da gestão Haddad, depois duplicou, depois tem um movimento das mulheres de Pirituba: "Estamos oferecendo lotes etc". E já foi trator lá abrir rua e as casas que eram de madeira, barracos, etc. agora tem laje, laje, laje.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Obrigado, Caio. Vamos passar para a apresentação. Carlos Alberto? Obrigado.

**Carlos Alberto** - Bom dia, meu nome é Carlos Alberto, sou engenheiro agrônomo do DGD Sul 2. Eu estou trazendo hoje aqui para apresentar para o CONFEMA, é um projeto que junta as três Diretorias de Gestão Descentralizadas lá do Sul. Nós temos trabalhado... já há uns quatro, cinco anos houve uma junção espacial da três DGDs da região Sul e tanto a Educação Ambiental quanto a Biodiversidade vêm trabalhando em conjunto. Então, a maioria das nossas ações de biodiversidade e de educação ambiental na macrorregião Sul elas têm sido feitas em conjunto. Então, eu estou vindo aqui pelo DGD Sul 2, porque, especialmente, o projeto ele está localizado na nossa área de atuação - está em Santo Amaro -, mas ele é um projeto conjunto das três divisões. Esse projeto é um projeto que faz parte de uma ação maior. Nós já vínhamos trabalhando há três anos e meio com a Universidade Federal de São Paulo na elaboração de uma cooperação técnica, uma cooperação técnico-científica, didático-científica, com a Universidade Federal de São Paulo. Isso a gente conseguiu, em julho desse ano, a assinatura, a formalização dessa cooperação. Essa cooperação ela tem o objetivo de criar um centro de referência para a biodiversidade e segurança alimentar e nutricional no centro de Santo Amaro. A UNIFESP ela recebeu, em doação da Prefeitura de São Paulo, em 2005 - depois teve que ter uma retificação dessa doação em 2009 - de uma área que era a antiga Central de Abastecimento Sul e essa área ela foi doada para a implantação de uma unidade de extensão universitária. Nós temos trabalhado junto com a Universidade - a Universidade está com muitos problemas financeiros, ela teve uma redução de 45% da verba de custeio e 75% da verba de pós-graduação. Então, nós estamos trabalhando com a Universidade para montar esse centro de referência lá, porque ele é muito estratégico para as ações da macrorregião Sul. Ela é uma região grande; nós temos ali quase um hectare em meio dentro do centro de Santo Amaro, de fácil acesso. A gente tem ali um terminal de ônibus, uma linha de metrô e uma linha de trem e uma possibilidade de fácil acesso de automóvel também ali, pela Marginal. Eu vou mostrar um pouquinho da área. Então, essa proposta de um espaço de referência para a horticultura orgânica e segurança alimentar e nutricional é uma das ações que estão previstas nessa cooperação técnica para a implantação do centro, que ela está sendo proposta em primeiro lugar, porque a gente já vem há três anos e meio trabalhando com a Secretaria da Educação e com a Secretaria da Saúde ministrando uma capacitação na área de horticultura orgânica e segurança alimentar e nutricional por conta de dois programas de governo. Então, esse é um pouco da geral da proposta do centro e aqui tem a parte da criação do espaço de referência em horticultura orgânica e segurança alimentar e nutricional. A gente já está encaminhando essa proposta. No meio de 2014, em agosto 2014, a Secretaria da Educação ela aderiu a um programa do governo federal, que era o programa Educando com Hortas Escolares e Gastronomia. Ficou conhecido pela sigla PEHEG. Nesse programa existia a necessidade de implantação de hortas orgânicas nas escolas e para implantar essas hortas os professores precisavam ser capacitados. Então, a Educação Ambiental demandou para o pessoal da Biodiversidade, que trabalha com o programa de agricultura urbana e periurbana, que nós montássemos uma capacitação para levar para as escolas. No passado, a gente trabalhava com PROAURB, indo de escola em escola fazendo a capacitação de escola em escola, para que elas implantassem as hortas orgânicas. O que acontece é que hoje nós estamos com uma capacidade técnica reduzida. Nós temos menos da metade do corpo técnico que nós tínhamos seis anos atrás

e nós não conseguimos mais fazer isso. Então, quando veio a demanda para a gente montar essa capacitação, nós esclarecemos que naquele modelo que a gente fazia antes não dava. Então, nós tínhamos que fazer o contrário: em vez do núcleo de DGD ir até as escolas, a gente precisava trazer as escolas para um determinado local, para que a gente fizesse a capacitação de todo mundo e, a partir dessa capacitação, a gente pudesse estar prestando a assistência técnica. Então, por conta disso, nós começamos num clube municipal Jorge Bruder, que é vizinho a essa unidade. Vou antecipar um pouquinho aqui a imagem. O clube ele está aqui. A gente estava trabalhando com uma estufa que ficava: essa estufa aqui. Nós pegamos o clube, que está pertinho. Nós estamos a dez minutos a pé da sede dos DGD ali. Nós montamos essa capacitação no clube. Tinha a parte teórica numa salinha improvisada, da professora Laura, se não me engano, que dava ioga e não sei mais o quê, e a prática nós fazíamos nessa estufa, que é do programa Escola Estufa Lucy Montoro, que está hoje com a Secretaria do Trabalho. A parte prática é razoável, a gente conseguia estar tocando razoavelmente bem aqui, mas a parte teórica era muito ruim. A sala ela não dava para fazer muita dinâmica, era uma tripinha, era bem quente, não sei o quê. Aí no meio tempo, nós conseguimos que o pessoal da UNIFESP cedesse uma sala para a gente: aqui está a UNIFESP. Então esse é o prédio que foi construído. A UNIFESP cedeu uma sala para a gente passar a dar a parte teórica lá e aí nós ficamos pendulando: a parte teórica, aqui na UNIFESP, e a parte prática, aqui nessa estufa. E nós começamos a conversar com a UNIFESP, conversar, conversar, conversar. Eles falaram "pô, a gente podia fazer alguma coisa conjunta. Existe um programa aqui de pós-graduação, que é de cuidados integrativos, existe uma previsão de uma horta, de trabalhos com horta nesses cuidados integrativos, nós podíamos juntar as duas coisas e fazer uma parceria". E aí, mais ou menos nessa mesma época, o diretor do clube falou "olha, vocês vão ter que tirar a estufa daí, porque vai ser construído um CEU. Aí nós corremos de novo para a UNIFESP e falamos "bom, será que dá para a gente trazer a estufa para cá? Eles falaram "não, não sei o quê, a parte de horta está contemplada e piriri parará". Então, foi dessa história que a gente começou a desenhar uma cooperação didático-científica com a UNIFESP. Já existia, na época, um convênio guarda-chuva, que abrange toda a Prefeitura de São Paulo, só que nós precisávamos detalhar cada cooperação específica. E aí nós conseguimos montar essa cooperação, só que a gente tinha que, nessa cooperação, que ela fosse uma cooperação de verdade. Normalmente, a gente tem a parceria. Quando a gente fala de forma educada, a gente fala parceria "bacon com ovos", em que só um se beneficia da parceria. Então, a gente sentou bastante com a UNIFESP para conversar sobre como poderia se fazer uma parceria que fosse uma parceria de verdade, que fosse benefício para os dois lados, e aí nós chegamos a esse formato, que era do Centro de Referência em Biodiversidade, que é uma coisa que a Secretaria tem trabalhando bastante, e a questão da segurança alimentar e nutricional, muito próximo ao campus São Paulo, que hoje a UNIFESP ela está com cinco campi e esses campi eles têm... cada um foi definido uma aptidão. E o campus São Paulo, a aptidão dele é para a área de saúde. Na época que nós começamos a trabalhar a cooperação, a segurança alimentar e nutricional era uma atribuição da Secretaria do Verde. Pouco tempo depois, essa competência ela foi passada para a Secretaria do Trabalho, que criou a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, tanto que hoje nós estamos trabalhando com a Secretaria do Trabalho e a Secretaria do Verde e a UNIFESP para nós refazermos o termo de cooperação, incluindo a Secretaria do Trabalho. Bom, deixa eu voltar lá. Então, nós começamos com o PEHEG. Ele era de 2014. Em 2015, foi aprovada a lei de introdução de alimentos orgânicos na alimentação escolar no Município e essa legislação, entre outras coisas, ela estabelece que todas as escolas do Município têm que implantar uma horta orgânica e que os funcionários das escolas precisam ser capacitados para a implantação dessa horta orgânica. E, aí, nós trabalhamos com as diretorias regionais da macrorregião Sul, que são três diretorias, que coincide com a nossa divisão territorial também - Parelheiros e Capela do Socorro; Santo Amaro, Cidade Ademar e Jabaquara e Campo Limpo e M'Boi Mirim. Elas têm um pouquinho menos de 400 unidades, é umas 390 e poucas unidades de ensino, e até agora nós conseguimos capacitar 50 dessas unidades. Já passaram lá, contando o pessoal de escola - esses são bem poucos - o pessoal da Saúde, por conta de um outro programa municipal e como a gente está em parceria com a UNIFESP nós temos que abrir 10% das vagas para a comunidade, então pela nossa mão - nós estamos hoje na 14ª edição do curso de introdução ao cultivo de horta e segurança alimentar - passaram aí um pouquinho mais de 500 pessoas de capacitação. Nós estamos fechando em dezembro agora a 14ª turma. Além do PROAURB, da lei de introdução de alimentos orgânicos, existe uma lei municipal que é de

produção de fitoterápicos e plantas medicinais do Município, que a gente a Secretaria do Verde tem assento no Conselho, que faz a governança desse programa e cabe à Secretaria do Verde... Tem três competências: da parte de fornecimento de mudas para as hortas de referência, a capacitação tanto para uso de fitoterápicos quanto para a implantação de hortas de referência e o acompanhamento da implantação das hortas de fitoterápicos. Bom, por conta disso tudo, nós trabalhamos com esses três programas municipais. Basicamente, nós da ponta - DGDs - com a formação de pessoas e o acompanhamento dessas hortas. E, comparando um pouco os resultados que nós tínhamos com a metodologia anterior, de ir de escola em escola, de unidade de saúde em unidade de saúde, para capacitar as pessoas e para implantar essas hortas e o que ficou disso e o resultado desses três anos e meio que nós estamos trabalhando com a capacitação centralizada e, depois da capacitação, o acompanhamento técnico, nós vimos que existe um diferencial muito grande, muito positivo, nessa metodologia nova. E foi isso que nos estimulou a estar propondo a melhoria da forma dessa capacitação. Hoje, no clube, além de qualquer hora dessa vai ser implantado mesmo o CEU ali, a gente não tem um espaço muito grande que a gente possa diversificar muito a oferta de atividades práticas, de capacitação, e a UNIFESP abriu para a gente uma área de 1.300 metros quadrados para que a gente pudesse implantar esse espaço de referência. Então, a gente consegue aumentar muito a nossa capacidade de capacitação e melhorar muito a qualidade do trabalho que vem sendo feito. Além da gente poder criar - que a gente não tem isso no Município - um espaço educador de referência para essas práticas de horticultura orgânica. A gente não tem ainda no Município e teria essa possibilidade. A gente vai ver que essa área de 1.300 metros quadrados ela está acoplada a uma outra área verde municipal. Essa área verde municipal ela tem mais ou menos 2.000 metros quadrados e, com o auxílio do programa de arborização - isso daqui é um barranco, tem uma declividade bastante acentuada - nós implantamos aqui um pomar de frutíferas nativas da Mata Atlântica. Então, esse acesso ele é feito pela área da UNIFESP - isso aqui no passado era praticamente uma área só - então, nós fazemos o acesso para fazer a manutenção dessa área. Esse pomar está hoje com um ano, já está produzindo, as primeiras frutas estão aparecendo lá e essa área foi incorporada nesse projeto do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, que essa área, ela é muito parecida com o que a gente encontra em muitas escolas na Zona Sul. Muitas escolas estão implantadas em áreas verdes municipais e áreas verdes de grande declividade. Então, essas áreas verdes elas têm 10.000 metros quadrados. 15.000 metros quadrados e a construção da escola tem 2.000 metros quadrados e a Secretaria Municipal de Ensino não destina verba para a manutenção de área verde, então aquilo vira um problema para o diretor da escola, acontece de tudo ali. Quando começou o programa de arborização urbana, nós começamos a propor pomares de frutíferas nativas, com árvores de médio porte, para ocupar essas áreas. Então, com o sombreamento, desaparece o mato e você consegue fazer trabalhos com professores de ciência, com o pessoal da cozinha, com as próprias nutricionistas no uso dessas frutíferas nativas; sem falar que essas frutíferas são atrativas de pássaros, então a gente consegue começar a mexer com a biodiversidade e implantar pequenas manchas de áreas verdes em regiões da cidade que são muito problemáticas para a arborização por conta dos passeios serem muito estreitos. Então, qual que é a nossa proposta aqui? É a gente criar um espaço educador de referência para essa parte de horticultura orgânica e segurança alimentar e nutricional. Então, nós vamos implantando nesse espaço de referência uma horta orgânica e, dentro do modelito de todos os preceitos da horticultura orgânica, e nós vamos estar trabalhando a implantação e a manutenção de duas coleções: uma coleção viva de plantas medicinais e uma coleção viva desse conceito que é relativamente novo, que são as plantas alimentícias não-convencionais ou as PANC. Essa estufa, a gente estaria transferindo, essa estufa do programa Escola Estufa Lucy Montoro, para essa área. Essa estufa tem 162 metros quadrados. Teve um outro projeto financiado pelo FEMA...

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Só um minuto, Carlos Alberto. Anuncio a presença do Presidente do CONFEMA, Secretário Eduardo de Castro. Obrigado pela presença, Secretário. Carlos Alberto?

**Carlos Alberto** - O FEMA, há um tempo atrás - nem lembrou mais, 2000 e alguma coisa - financiou um projeto na Chácara do Conde, que a proponente - foi um edital FEMA, acho que o edital 5 - foi a OS Santa Catarina, que também tinha uma estufa pequena. Aí esse projeto ele andou um tempo. Depois a OS Santa Catarina deixou de atuar naquela região, a outra OS não

teve interesse em assumir o projeto e aí nós pedimos autorização para o FEMA, na época, e trouxemos essa estufa para cá, para Santo Amaro. Ela está desmontada, mas a proposta também é montar essa segunda estufa, que ela é mais voltada para a produção de mudas. E, por fim, a ideia é montar um espaço gastronômico, onde a gente possa estar não só mostrando as plantas, mas como se faz o uso disso. Tem uma série de PANCs que não se pode estar fazendo uso direto. Essas plantas elas precisam ser processadas, porque elas têm alguns princípios que precisam ser inativados quando a gente vai consumir. Então, a ideia é a gente estar colocando aqui um espaço gastronômico. Como ela está - aqui dá para ver - ela está junto a.... nesse ponto aqui, a linha lilás do metrô ele passa a ser de superfície em direção ao Capão e subterrâneo em direção a Santa Cruz. Então, nessa área a gente não pode construir nada, por isso nós estamos propondo aqui a utilização de contêineres, desses contêineres marítimos de 40 pés, para estar fazendo toda a infraestrutura que a gente precisa para o espaço gastronômico. Então essa era a área. Isso aqui ainda a Central Sul de Abastecimento já meio em ruínas. Isso aqui foi meu último local de trabalho na Secretaria do Abastecimento, antes de vir para a Secretaria do Verde. Então, hoje, como ela está implantada, a UNIFESP ainda está devendo nessa área aqui a implantação de mais um edifício. Esse triângulo aqui é onde vai ser implantado o espaço de referência. E esse trapézio aqui, meio torto, é a área onde nós já implantamos esse pomar de frutíferas nativas da Mata Atlântica. Esse já é o pomar implantado. Existe o projeto (acho que acabou a bateria aqui). Aonde está ali mais ou menos aparecendo o banquinho da praça, ali existe um muro. Hoje essa área está sendo depósito de entulho. Essa é uma área verde municipal. Santo Amaro tem muitos problemas com essa área. Nós estamos propondo que esse muro seja derrubado, que seja retaludado essa área e seja colocado um muro de arrimo de três metros, evitando o acesso, porque essa área ela permite o acesso à UNIFESP e, com isso, a gente tem um monte de problemas de assalto, usos indevidos da área. Tem sido um problema bem sério e essa segurança não é segurança armada, mas isso aqui não está incluído nesse projeto. Esse é um projeto à parte, que nós estamos trabalhando com a Subprefeitura de Santo Amaro, agora Prefeitura Regional de Santo Amaro. Bom, o custo do projeto, o custo total hoje está avaliado um pouquinho mais de R\$ 109.000,00, quase R\$ 110.000,00. A Secretaria do Verde está entrando com uma contrapartida de R\$ 56.000,00 e nós estamos pedindo um financiamento ao FEMA de um pouco mais de R\$ 53.000,00 para um prazo de realização de 12 meses. Era isso.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Obrigado, Carlos, pela apresentação do projeto. Projeto extremamente interessante, na medida em que ele complementa ações anteriores que a gente já até apresentou para os Conselheiros do FEMA, que são os Centros de Apoio de agricultura. A localização do projeto é numa área não distante, ou seja: a disseminação da cultura de agroecologia sendo trazida para a região central da cidade. Isso é fundamental. Em visitas à região de Parelheiros, uma das principais reclamações que nós ouvimos dos produtores rurais, além da logística - transporte e carga - era de manter as famílias, os familiares produzindo e aprendendo lá, porque os filhos dos produtores falam "pai, eu quero ir para a cidade, eu quero aprender computador, eu quero internet, eu não quero ficar aqui". Então, essa facilidade de ter a cultura em regiões próximas do centro expandido da cidade, eu entendo que é sensacional, é uma oportunidade que a gente deve aproveitar bastante. Muito, muito interessante o projeto, Carlos, parabéns. Eu passo a palavra aos Conselheiros, se tiverem qualquer dúvida ou consideração. Esse projeto será desenvolvido nos moldes do FEMA para deliberação numa próxima reunião. Eu passo a palavra aos Conselheiros, se tiverem qualquer consideração sobre o projeto, dúvida? Não? Ok. Secretário, por favor. Passo a palavra ao Presidente do CONFEMA, Secretário Eduardo de Castro.

**Secretário Eduardo de Castro** - Bom dia, meu nome é Eduardo de Castro, eu assumi a Secretaria do Verde e Meio Ambiente há alguns dias e a gente sabe que nós temos uma tarefa difícil aí de administrar uma Secretaria com dificuldades financeiras, como a Administração Pública toda vem enfrentando - não só Municipal - Estadual e Federal em todos os setores. E eu estive conversando com Agnaldo, me chamou bastante a atenção essa questão do FEMA, porque eu tenho certeza que o Conselho, e dentro das suas atribuições, se preocupa muito naquilo que é investido, naquilo que é feito, quais os projetos, quais as prioridades que o FEMA tem. Mas me chamou bastante a atenção - e eu vou pedir auxílio desde já ao Conselho. Eu tenho certeza que é uma atribuição do Conselho de saber onde está o dinheiro que o CONFEMA recebe, da onde vem esse dinheiro do FEMA, que é uma atribuição também de fiscalização do Conselho, por atribuição.

E eu identifiquei uma questão bastante preocupante, como gestor público, porque eu identifiquei - ainda eu estou identificando - com as dificuldades que tem de uma administração recente de que nós temos dinheiro, deveriam estar vindo de multas ambientais e de inspeção veicular, que, pasmem, pasmem os Senhores que são do Conselho. Nós temos hoje represado um bilhão de reais, que nós não cobramos ou que estão sendo prescritos aqui dentro. Doutor, estão prescrevendo na Administração Pública um bilhão de reais. E é atribuição, inclusive responsabilidade do CONFEMA, do Conselho, de cuidar desse dinheiro. Por que que não foi cobrado? Existe uma inoperância da Administração Pública? Existe, isso é de sabedoria geral, todos nós temos esse conhecimento que existe essa inoperância. Uma inoperância por falta de servidor, por falta de maquinário, acredito, mas Doutor, prescrição, para mim cheira à má fé. O que é má fé? Determinada empresa foi autuada e multada, ela tem um prazo para que a multa seja inscrita na dívida e ela pague. Se ela não pagar, prescreve. Ela deixou de pagar. Por que será que ela deixou de pagar? Alguém tinha algum interesse? Quais ações que os gestores públicos empreenderam no sentido de controlar isso? É nefasto, é difícil? Hoje a Administração passa por vergonhas e vergonhas a todo instante, que a gente tem visto na mídia televisiva, na televisão, no jornal. A gente vê isso, mas quais as ações que efetivamente nós estamos adotando? Eu gostaria de sugerir um grupo dentro do CONFEMA, a criação de um grupo para que me ajudasse a analisar isso, porque eu tenho dificuldade aqui, porque eu toquei num vespeiro. Por que que isso está prescrevendo? Uma coisa é eu não conseguir cobrar. Se eu devo e eu não tenho dinheiro, eu não pago. Até aí é tranquilo essa relação. Agora por que que eu não fui cobrado? Se eu tenho um bilhão de recurso que eu poderia estar trazendo para o FEMA e com esse dinheiro fazer projetos de envergadura e de interesse para o Município. Por que que isso até hoje não fez, não foi feito? Então, eu tenho a certeza e quero convocar todos os membros do Conselho para que me ajudem a identificar isso. E uma questão mais difícil ainda: quando a multa ambiental ela é fixada um prazo, se a pessoa não pagar, vai para a Administração Pública, lá na Secretaria da Fazenda e se a Secretaria da Fazenda cobrar, o dinheiro entra no cofre da Secretaria da Administração, entra no cofre comum. Se a pessoa pagar dentro do vencimento correto, vem para nós, aqui dentro. Então, nós estamos perdendo receita ou deixando de ganhar a receita por inoperância, por inatividade. É bacana, são projetos, a gente incentiva os projetos, mas eu não posso pensar só na destinação dos projetos, eu preciso saber cadê o recurso, cadê o dinheiro? Por que esse dinheiro não está entrando? E eu tenho uma preocupação ainda como gestor, porque a responsabilidade fiscal de quem não faz isso é do gestor. Quem não cobrou cometeu um crime, um crime gravíssimo contra a Administração Pública, porque eu peguei o dinheiro do cidadão que está lá fora acreditando que nós estamos fazendo alguma coisa em prol dessa entidade e na realidade nós não estamos fazendo nada, nós estamos sendo inoperantes, deixando de cobrar. Isso me preocupa bastante, é uma responsabilidade criminal se eu deixar de fazer alguma ação. Então, assim: eu cobre, se eu não recebi é outro problema, mas a minha ação eu fiz. Cabe ao município, cabe ao infrator pagar ou discutir na justiça. Ele tem todos os meios do contraditório, é princípio básico da Constituição. Agora saber que nós temos um bilhão aqui de recursos e nós não temos um relato do que é feito com isso... Ah, está na PRODAM, a informação está na PRODAM. Mas peraí, está na PRODAM? E daí? Se está da PRODAM tem que estar aqui dentro. O que que aconteceu? Por que não foi cobrado? Por que não está sendo cobrado? O relato que eu tenho, e não é da Administração, não é dos nossos funcionários. Os funcionários eu conheço há dez dias. Eu trabalho na Administração Pública há 30 anos. É do rua, do mercado, aos risos, aos prantos: "ah, eu deixei de pagar porque lá prescreve". Mas por que prescreve? "Ah, eu não vou contar para você, toma o seu guaraná aí - porque eu não bebo - toma o seu guaraná, mas prescreve". Como prescreve? A Administração está sendo benevolente com o dinheiro, mas o dinheiro não é dele, não é do gestor, é do cidadão paulistano. Por que que a gente não cobra? Então, eu estou sugerindo que nós criemos um grupo de trabalho, porque olha que antagonismo, porque é obrigação da Secretaria, mas eu estou pedindo para vocês me ajudarem, nós criamos um grupo para identificarmos tudo aquilo que nós temos de ativo financeiro para o Fundo. Aonde? Identificar, cadê os processos? O que falta? Um mutirão para receber? Acho que todo mundo está disposto a fazer mutirão para receber. É aquela história: se eu tenho uma obrigação, eu demoro para acordar, mas se eu tenho um churrasco, eu acordo 5:30 da manhã. Isso é do cidadão. Se nós criamos um grupo para cobrar, eu tenho certeza que todo mundo vai se empenhar, porque nós precisamos cobrar esse dinheiro. Se é um bilhão que existe ou mais, nós precisamos tentar buscar esse dinheiro. Nós vamos trazer para o FEMA e eu tenho certeza cada um de vocês têm

um projeto de envergadura e de magnitude que vai servir ao Município. Então, eu estou sugerindo, porque eu fiquei perplexo com essa informação, porque um real que a gente não traz para a Administração Pública, nós estamos envergonhando quem nos colocou aqui, que é o cidadão que está aí fora trabalhando. Então a gente tem que ter a obrigação e a responsabilidade do dinheiro público. Nós não estamos administrando dinheiro nosso, nós estamos administrando dinheiro público: da criança, do jovem, do adulto, do aposentado, de todos os cidadãos paulistanos. Isso é muito sério e muito grave e eu falei ao Agnaldo e falo com todo mundo. Eu não tenho o menor problema, nunca tive, em 30 anos de carreira, Doutor, nunca tive o menor problema de apontar o dedo e pedir para que se instaure procedimento criminal, procedimento de quem quer que seja. Isso aqui não vai acontecer, nunca mais. Nessa gestão, não vai acontecer. Nós vamos fazer um esforço para que isso não aconteça. Cada centavo que seja do Fundo vai ser direcionado para o FEMA e se eu identificar que aconteceu uma benevolência ou qualquer outro tipo de sugestão para que o nosso dinheiro, a dívida ficasse prescrita, eu demito na hora e a gente apura a responsabilidade. É muito mais grave. O Doutor sabe que existe uma agravante no Código Penal que quando o servidor é público, o agravante aumenta-se o crime, aumenta-se a pena, porque nós estamos administrando um dinheiro que não é nosso. Nós temos a obrigação de prestar conta. Um bilhão de recurso jogado... Hoje nós temos quanto: 35,40. Quanto? Nós temos R\$ 40.000.000,00, poderíamos ter um bilhão e não temos? Eipa! Vamos acordar. E um bilhão que a gente pode gastar e que São Paulo precisa que seja gasto. Eu estou fazendo visitação nos parques, nós temos projetos em vários parques, nós precisamos movimentar esse dinheiro, é nosso, é da Administração Pública, então eu estou sugerindo e peço que todos aqui saibam da responsabilidade que nós temos de ser de um Conselho que fiscaliza um Fundo. Nós temos essa obrigação de nesse grupo, formarmos um grupo, pedir informação para a própria Secretaria, para a própria PRODAM e nós temos uma base interna do que... Onde está essas multas, onde está essa inspeção veicular. Acabou em 2013. Doutor, em 2013 acabou a inspeção veicular e ainda nós temos o que: 600 milhões para cobrar. Por que não cobrou? Porque é mais fácil eu pegar o microfone e ir no plenário, seja da onde for, e ficar colocando o dedo em todo mundo. Ah, esse não faz, aquele não faz, aquilo não funciona, a Secretaria é o lixo da Administração Pública Municipal. Eu já ouvi muito isso. Perfeito, eu ouço tudo, mas eu quero ver é trabalhar e reexecutar e resolver o problema, que parece-me simples, porque é só identificar quem é o infrator e mandar uma carta para ele pagar. Nossa parte nós fizemos. Se eu vou receber esses 600 milhões, eu não sei, mas que eu vou cobrar eu vou cobrar. Agora, eu não posso passar a mão na cabeça desse infrator e falar "não, eu não preciso desse dinheiro, muito obrigado. Desculpe o atraso, é que eu tive um compromisso, eu estava no Parque da Aclimação fazendo uma visitação, porque toda a semana a gente está tentando fazer uma visitação em um ou dois parques para entender como que está a nossa questão parques, você me desculpe, prazer, e eu conto com ajuda de vocês". Não, precisamos resolver esse problema, dentre outros tantos que já foram apresentados. Um bom dia e um bom trabalho.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Obrigado, Secretário. Passo a palavra ao Conselheiro Azzoni.

**Cons. Azzoni** - Azzoni. Faço as palavras do Secretário as minhas. Eu acabei de vencer uma ação federal de uma multa e eu não venci pela tese da não cometimento da infração ambiental, mas sim por prescrição intercorrente, ou seja, o órgão ambiental ficou sem movimentar o processo por três anos e eu ganhei o processo, unânime, por prescrição intercorrente. Pasmem, a multa era de um milhão. Então, era só para vocês saberem que realmente isso é um fato e eu acho que a gente não pode realmente deixar isso acontecer. Nós tivemos uma Comissão aqui, Secretário, que a gente ficou discutindo a Resolução CADES 128, que ela tinha sido revogada, que era a multa de dez mil e nós criamos um grupo de trabalho. Nós fizemos um trabalho muito legal, porque nós começamos tentar humanizar a multa, ou seja, uma multa é uma coisa para o infrator, que ele é ele é consciente dos seus atos, e uma coisa é aquela dona de casa que não sabia e que vê o podador de árvore. Então você não pode aplicar multa de dez mil para ela e uma multa para o cara que é infrator realmente. Então, é aquilo: o princípio da isonomia, que a gente fala todo mundo é igual, mas dentro das suas desigualdades. Então, nós criamos essa questão da valorização, uma valorização da multa independente do caso. E era uma ideia até que a gente puxou da Secretaria do Estado, do CFA, e quando ele autua o infrator, ele só dá uma notificação. Aí ele é chamado para uma audiência, chama agendamento ambiental e nesse agendamento

ambiental, ele faz a prova da inocência dele, assim. Aí você pode fazer uma valoração e se for reincidente já vai direto e dali ele sai já com o TAC pronto. Então, assim, eu acho que aquele processo, se a gente conseguir... Eu sei que tem muitos entraves aí, mas eu acho que se a gente trouxesse, a gente acabaria com esse problema dessas multas, que às vezes é dada para uma dona de casa e para o infrator realmente, que se aproveita dessa questão das multas. Eu acho que a gente podia pensar num sentido desse. Pode contar comigo, que eu acho que isso realmente é uma situação desconfortante aqui para vocês, eu acho que essa questão da prescrição é uma coisa terrível. Eu acho que isso jamais poderia acontecer. Então, Secretário, fico à disposição para o que o Senhor precisar.

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - Obrigado, Conselheiro. Vamos discutir a formação desse Grupo de Trabalho para auxiliar a Secretaria no sentido de identificar a destinação e a quantificação desses recursos todos que deveriam ser direcionados ao FEMA. Muito bem, alguma consideração sobre a apresentação do espaço hortifrutí? Não? Muito bem. Passar para o próximo item da ordem do dia: sugestão de inclusão de pauta. Nós aprovamos na 55ª reunião extraordinária do FEMA, em 9 de junho, o projeto de fortalecimento da fiscalização e licenciamento ambiental da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Esse projeto consiste na capacitação de servidores, na aquisição de softwares atualizados e computadores também atualizados para essas funções. O projeto, em sua especificação, previa a aquisição de licença de softwares para o prazo de 12 meses. Aquisição de softwares, atualmente, não é mais compra o CD, instala e está resolvido. Atualmente, muitos softwares são por licença de uso. O software está na nuvem e você adquire uma licença de uso por um período. Então, na especificação desse projeto, constava o prazo de licença de 12 meses, o que justificou o valor desse projeto que foi apresentado aos Senhores Conselheiros. Contudo, durante a execução desse processo de aquisição dos softwares, a Ata de Registro de Preços apresenta o prazo de 36 meses e não 12. Então, a Ata vigente para a aquisição do software fala em 36 meses, diferente do que foi especificado. Com isso, foi identificada uma diferença de valor dessas licenças de utilização do software. Em vez de 12, 36 meses. O pessoal da informática está aqui? Aninha? A Ana não está. Então o pessoal de informática da Secretaria me posicionou a respeito dessa diferença e autuou no processo a necessidade de revisão desse valor, em função da diferença do prazo de licença desses softwares, de 12 para 36 meses. A diferença seria de R\$ 183.632,40. Não cabe uma reapresentação do projeto, dado que o objeto permanece o mesmo. A diferença se dá apenas justamente na diferença de prazo da licença de aquisição, de 12 para 36 meses. É importante frisar que após o término desse prazo de 36 meses da licença de uso, a assinatura dessas licenças não compete mais aos recursos do FEMA. O FEMA trata apenas da implantação do projeto, que consiste na aquisição inicial dessa licença de uso. A continuidade disso se dá por recursos da própria Secretaria, nas verbas de custeio. Não se trata mais investimento. Então, eu gostaria de submeter à apreciação dos Senhores Conselheiros para deliberação ainda hoje da complementação da verba do projeto de fortalecimento de fiscalização e licenciamento ambiental, aprovado em 9 de junho, no valor de R\$ 183.632,40. Eu passo a palavra aos Conselheiros, para qualquer observação, antes de a gente fazer essa votação.

**Cons. Aldo** - Aldo, da ECÓLEO. Essa diferença para 36 meses é para cumprir o prazo do projeto, para ficar de acordo com o prazo?

**José Manuguerra (Coordenador Geral)** - O projeto, Conselheiro, consiste na aquisição dos equipamentos, licenças e capacitação dos servidores. Na especificação, foi sugerido 12 meses, que é o que foi aprovado para o valor do projeto, contudo não se trata de licitação, se trata de aquisição direta via Ata de Registro de Preços. Então, a Ata de Registro de Preços para aquisição de licenças do software, que já está vigente, a gente pode usar - é um recurso normal da Secretaria - fala em 36 meses e não 12. Então nós não temos como adquirir licenças de uso hoje com a Ata vigente pelo prazo de 12 meses. A única alternativa que nós temos é adquirir pelo prazo de 36, seguindo essa Ata de Registro. Contudo, por se tratar de 36 meses, o valor é um pouco maior, daí essa diferença de pouco mais de R\$ 183.000,00. O projeto permanece o mesmo e ele está em andamento. A implantação será feita e os softwares serão usados pelo período de 36 meses e não os 12 originalmente previstos. O que eu falei, anteriormente, é que após esses 36 meses, a renovação dessas assinaturas não compete mais utilizar recursos do FEMA e sim recursos do próprio custeio da Secretaria. Respondi sua dúvida? Alguma consideração? Não? Vamos proceder à votação, então. Solicito aos Senhores Conselheiros a complementação da

verba do projeto de fortalecimento de licenciamento e fiscalização ambiental, aprovado na 55ª reunião extraordinária do CONFEMA, em 9 de junho de 2017, publicada na Resolução 06 CONFEMA 2017, complementação no valor de R\$ 183.632,40. Os Conselheiros que estiverem de acordo com essa complementação, por favor, permaneçam como estão. Ok, a complementação de verba está aprovada por unanimidade. Passando para o último item da ordem do dia, sugestão de pauta para as próximas reuniões... Bom, o Presidente Eduardo já fez uma sugestão extremamente importante, que será a formação do Grupo de Trabalho para estudo e avaliação dos recursos do FEMA, das fontes de recursos do FEMA. Nós vamos sugerir as pessoas técnicas, acho que DECONT é fundamental participar, DAF também. Com certeza, a Secretaria de Fazenda. Então, nós vamos sugerir a formação do grupo, com os componentes e já trazemos para discussão na próxima reunião, em dezembro. Os Conselheiros têm alguma sugestão de pauta para as próximas reuniões? Podemos encerrar, então? Muito bem. Eu passo a palavra ao presidente Eduardo de Castro para encerramento da reunião.

**Secretário Eduardo de Castro** - Bom. Muito obrigado. É a primeira vez que eu participo dessa reunião. Espero contar com vocês e tenho a certeza da responsabilidade das atribuições que tem esse Conselho. É de suma importância para os destinos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, nós podermos ter essa consciência da responsabilidade que o Conselho tem, e que o FEMA tem, em relação a tudo aquilo que a Secretaria do Verde precisa. Muito obrigado, um bom dia, bom feriado para todos. Não se assustem com a minha forma incisiva de ser, mas eu sou prático. Eu acho assim: aquilo que nós podemos fazer, nós vamos pelo menos tentar fazer. E aquilo que nós não vamos conseguir fazer, nós não vamos tentar; ou é sim ou não. Eu não gosto do meio-termo, não gosto de empurrar nada para debaixo do tapete. Se você for buscar comigo alguma resposta, ou é sim ou é não. Não é por causa disso que eu vou ser antipático, que eu não vou te atender. Não, eu vou te dar a resposta que você quer. Se você tem direito, e está legitimado por lei, eu vou lhe falar sim; caso contrário, vou falar não, tranquilamente. É um exercício nosso; o que nós não podemos fazer é ser parcimoniosos ou complacentes com a inércia. Eu não gosto da inércia e não culpo os servidores. A inércia é do sistema, não é o servidor. Muitas vezes é a falta de gente, é a falta de equipamento. Não culpo o servidor, mas a inércia eu culpo e essa inércia, tem que vir de quem comanda. E, nesse momento, o comandante sou. E inércia não vai existir. Dentro do Conselho, os comandantes somos nós todos. Então, nós precisamos acabar com esse inércia... O Manuguerra aqui tem um trabalho brilhante, eu tenho certeza que vai nos ajudar bastante, assim como vocês todos. Um bom dia, muito obrigado pela presença; novamente desculpa pelo atraso. Não é o meu feitio. Um bom fim de semana a todos, obrigado.